



**SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS**

www.suframa.gov.br


Clipping Local e Nacional On-line

Nesta edição **17 matérias**

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, sábado, 27 de agosto de 2011

DIÁRIO DO AMAZONAS Impasse fiscal entre Amazonas e Pará ameaça transporte de cargas 1 VEICULAÇÃO LOCAL	
O ESTADO DE SÃO PAULO Investidor muda de opinião e aposta em corte dos juros..... 2 VEICULAÇÃO NACIONAL	
O ESTADO DE SÃO PAULO Reajustes salariais e aumento do mínimo vão pressionar a inflação 3 VEICULAÇÃO NACIONAL	
O ESTADO DE SÃO PAULO Mercado interno sustentou setor de serviços na crise 4 VEICULAÇÃO NACIONAL	
O ESTADO DE SÃO PAULO Economia mais lenta vai reduzir arrecadação..... 5 VEICULAÇÃO NACIONAL	
O ESTADO DE SÃO PAULO Governo recebe empresas para discutir desoneração..... 6 VEICULAÇÃO NACIONAL	
O ESTADO DE SÃO PAULO Empresas brasileiras vão em busca de espaço no mercado de tablets 7 VEICULAÇÃO NACIONAL	
O ESTADO DE SÃO PAULO Governo já atingiu 80% da meta fiscal 8 VEICULAÇÃO NACIONAL	
VALOR ECONÔMICO IBGE: serviços de informação têm maior receita do setor 9 VEICULAÇÃO NACIONAL	
O GLOBO Faxina reduz investimento 10 VEICULAÇÃO NACIONAL	
O GLOBO Economistas: ainda não é a hora de reduzir a taxa básica de juros do país..... 12 VEICULAÇÃO NACIONAL	
REVISTA ISTOÉ DINHEIRO Pé de guerra 14 VEICULAÇÃO NACIONAL	
REVISTA INFO EXAME Os 7 melhores tablets à venda no Brasil 16 VEICULAÇÃO NACIONAL	
BLOG DO HOLANDA Impasse fiscal entre Amazonas e Pará ameaça transporte de cargas 17 VEICULAÇÃO NACIONAL	
PORTAL A CRÍTICA Serviços empresariais empregaram mais que a indústria no AM 18 VEICULAÇÃO NACIONAL	
PORTAL FATOR BRASIL Suframa aprova US\$ 480,6 milhões em novos investimentos para a Zona Franca de Manaus..... 20 VEICULAÇÃO NACIONAL	
CORREIO DO BRASIL Ministro do Desenvolvimento fala aos senadores sobre política industrial e Plano Brasil Maior..... 21 VEICULAÇÃO NACIONAL	

	VEÍCULO DIÁRIO DO <u>AMAZONAS</u>	EDITORIA	
	TÍTULO Impasse fiscal entre <u>Amazonas</u> e Pará ameaça transporte de cargas		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO LOCAL

O setor movimentava mais de 320 mil toneladas de cargas mensalmente, a maioria pertencente ao Polo Industrial de Manaus (PIM).

Manaus - Empresas de transporte e logística prometeram parar as atividades de cargas entre **Manaus** e Belém nesta segunda-feira por conta da cobrança de Imposto sobre Circulação de **Mercadorias** e Serviços (**ICMS**) pela Secretaria de Fazenda do Pará. O setor movimentava mais de 320 mil toneladas de cargas mensalmente, a maioria pertencente ao Polo Industrial de **Manaus** (PIM).

As cargas são transportadas para os **mercados** consumidores do Sul, Sudeste e Nordeste de forma rodofluvial. As cargas vão por meio de balsas até Belém e lá são colocadas nas carretas que seguem pelas rodovias para as outras regiões.


No entendimento do secretário de fazenda do Pará, José Tostes Neto, sobre essa operação, que inicia em Belém, deve ser cobrada a alíquota de 12% de **ICMS** como na origem. “O Pará entende que se a operação rodoviária nasce lá, então o **ICMS** de origem pertence ao Estado”, afirma o secretário do Sindicato das Empresas de Agenciamento de

Cargas, Logística e Transportes Aéreos e Rodoviários do **Amazonas** (Setcam), Raimundo Augusto de Araújo Nonato.

Segundo Augusto, na segunda-feira passada, dia 22, os fiscais da fazenda do Pará começaram a aplicar as alíquotas. O secretário de Fazenda do **Amazonas**, Isper Abraham, foi informado e então ligou para o secretário Tostes na noite da segunda-feira pedindo a flexibilização da medida para negociar, disse Augusto. “O pedido do secretário foi atendido na terça-feira, porém com a ressalva de que nesta segunda-feira (29) os auditores voltariam a aplicar o imposto sobre as cargas que saíssem de lá”, afirma.

O sindicalista disse que o setor trabalha em regime de substituição tributária. “O transportador abre mão de todos os créditos de **ICMS** que teria direito (como o de combustível, por exemplo), para creditar 20% dos 12% de **ICMS** que ele paga ao **Amazonas**. Não dá pra pagar 12% aqui e depois 12% lá”, conclui.

Ontem, o DIÁRIO tentou ouvir o secretário Hisper Abraham mas a assessoria não conseguiu localizar o titular. Na Sefaz do Pará, o secretário Tostes também não foi encontrado para tratar do assunto.

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO Investidor muda de opinião e aposta em corte dos juros		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Aposta em juro menor vem com rumores de que o Banco Central estaria sofrendo pressão para baixar a Selic

Márcio Rodrigues -

Os rumores cada vez mais constantes de que o Banco Central (BC) estaria sofrendo pressão para cortar a taxa de juros básica (Selic) imediatamente levou a uma mudança da tendência dos juros no **mercado** futuro. Os investidores elevaram a aposta numa redução da taxa na próxima reunião do Copom (Comitê de Política Monetária), que será realizada entre os dias 30 e 31 de agosto.

A chance de uma redução de 0,25 ponto porcentual no juro básico chegou a 40% durante as negociações ontem. A taxa do contrato de outubro de 2011, o mais sensível à decisão do próximo encontro do Copom, cedeu para 12,292%, de 12,34% no ajuste de quinta-feira. Foram negociados 588.100 contratos.


A taxa do contrato de janeiro de 2012 regrediu a 11,99%, de 12,09% no ajuste, com volume de 494.255 contratos. O contrato de janeiro de 2013 recuou para 11,19%, de 12,34%. A taxa do contrato de janeiro de 2014 (152.520 contratos) fechou para 11,27%, de 11,48% no ajuste. "Os rumores sobre pressões do governo para redução da Selic têm feito preço. Quem vê essas notícias, se sente acuado e começa a vender", afirmou um operador, para quem há um "grande exagero" no movimento. "Ninguém quer ir contra o movimento do **mercado**. Assim, a queda de ontem provocou ordens de stop loss (operação que interrompe as negociações e limita as perdas) em algumas carteiras e isso potencializou ainda mais o recuo dos juros futuros", disse o

gerente de renda fixa da Lerosa Investimentos, Fernando Vieira.

A precificação de corte na próxima reunião do Copom contrasta com as perspectivas dos economistas consultados pelo serviço AE Projeções, da Agência Estado, que mostraram que está fora de cogitação a hipótese de o Banco Central reduzir imediatamente a taxa Selic de 12,50%. Entre as 72 instituições financeiras consultadas, nenhuma acredita em corte da taxa básica na próxima semana. Mas operadores avaliam que as taxas da curva a termo estão distorcidas, justamente pelos movimentos de stop loss que colocam os DIs ainda mais para baixo.

As notícias que levaram a uma pressão por redução das taxas no **mercado** futuro diziam que o BC está sendo cobrado no governo para cortar a Selic. Uma reportagem do Globo ressaltou que a presidente Dilma Rousseff e o ministro da Fazenda, Guido Mantega, têm reiterado seu comprometimento de manter austeridade para criar o caminho para queda de juros.

E esse compromisso pode ser observado no resultado do setor público consolidado (governo central, estados, municípios e empresas estatais), divulgado ontem. Segundo o BC, houve um superávit de R\$ 13,789 bilhões em julho, o que é o melhor número para o mês da série histórica. No acumulado entre janeiro e julho de 2011, o superávit de R\$ 91,979 bilhões cumpriu 78% da meta para o ano. Já no acumulado dos últimos 12 meses encerrados em julho, o superávit primário é de R\$ 150,087 bilhões, o que representa 3,83% do **PIB**.

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO Reajustes salariais e aumento do mínimo vão pressionar a inflação		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Para analistas, ganhos reais de renda obtidos nas negociações deste semestre vão impedir que o IPCA recue aos 4,5%

Alessandra Saraiva

Reajustes salariais puxarão para cima o consumo no **mercado** doméstico, o que deve elevar a inflação no varejo até o fim do ano. Para analistas, os novos ganhos reais de renda obtidos nas negociações salariais coletivas neste semestre, aliados ao aumento de 14% previsto no salário mínimo para 2012, puxarão para cima a taxa de 2011 do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), usado como referência no regime de metas inflacionárias do governo, e impedirão a convergência para o centro da meta (4,5%) no ano que vem.

Para o analista da consultoria Tendências, Rafael Bacciotti, os dissídios já resolvidos indicam que os próximos devem repor perda inflacionária. "Segundo o Dieese, de 353 negociações no primeiro semestre, 84% tiveram reajuste acima do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), que abrange famílias com renda de 1 a 6 mínimos,"

"Não é tão bom quanto foi o de 2010 (87%), mas é muito positivo. Nem sempre as categorias conseguem repor perda inflacionária", avaliou Bacciotti.

Entre as categorias que têm data-base no segundo semestre deste ano estão bancários, comerciários e petroleiros - em setembro - e metalúrgicos e químicos - em novembro. Na avaliação de Bacciotti, a reposição de perda inflacionária dos

trabalhadores vai sustentar o poder de compra do consumidor.

Um dos setores que devem contribuir para o avanço da inflação é o **mercado** de trabalho na indústria. Nos seis primeiros meses de 2011, o Dieese aponta que 87% das negociações no setor tiveram aumento real no salário.

O **comércio** também será fonte de pressão de preços. A Confederação Nacional do **Comércio** de Bens, Serviços e Turismo (CNC) citou o **mercado** de trabalho como causa para uma alta de 2,5% na intenção de consumo das famílias brasileiras em agosto ante julho, medida pela entidade. Para 2011, a previsão é de alta de 6% nas vendas do varejo, abaixo da alta recorde de 2010 (11%).

A renda em alta já foi captada pelo IBGE. Na quinta-feira, o instituto divulgou a Pesquisa Mensal de Emprego (PME) que mostrou alta de 2,2% em julho ante junho no rendimento médio real habitual dos trabalhadores, com valor de R\$ 1.612,90 - o mais alto para julho desde 2002. Para a economista-chefe da Icap Brasil, Inês Filipa, a combinação de renda em crescimento com salário mínimo mais elevado vai conduzir a um IPCA de 5,43% em 2012, longe do centro da meta de 4,5%.

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO Mercado interno sustentou setor de serviços na crise		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Segundo pesquisa do IBGE, receita operacional do setor cresceu 10,9% em 2009 na comparação com o ano anterior

Daniela Amorim


A força do mercado interno brasileiro sustentou o crescimento do setor de serviços durante a eclosão da crise econômica mundial, segundo a Pesquisa Anual de Serviços, referente a 2009, divulgada ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A receita operacional líquida cresceu 10,9% em 2009 ante 2008, mostrando vigor em plena crise, embora o crescimento em 2008 ante 2007 tenha sido maior, de 18%.

O levantamento levou em conta apenas empresas de serviços não financeiros. "A variação na receita nominal não foi tão grande quanto a registrada em 2008, mas ainda assim é significativa frente aos outros setores ", disse o economista Guilherme Telles, analista do IBGE. "O ano de 2009 é especial, porque ainda temos os reflexos da crise. Mas o Brasil se recuperou bem e o setor de serviços tem um papel nesse desempenho."

Em 2009, o IBGE estimou em 918,2 mil as empresas de serviços no País. A receita operacional líquida foi de R\$ 745,4 bilhões. O setor empregou 9,7 milhões de pessoas no ano do levantamento, pagando R\$ 143,5 bilhões em salários, retiradas e outras remunerações.

As empresas do segmento de serviços prestados às famílias foram as mais numerosas, somando 288.286 unidades, ou 31,4% do total das companhias de serviços. Entretanto, as empresas de serviços profissionais, administrativos e complementares empregaram mais, sendo responsáveis por 3,89 milhões de pessoas ocupadas e R\$ 49,3 bilhões em pagamentos com remunerações. As atividades imobiliárias registraram o maior crescimento em 2009 na receita operacional líquida, de 23,8%, seguidas pela dos serviços prestados às famílias, que subiu 21,2%.

As empresas do Sudeste foram responsáveis por 66,4% da receita bruta de prestação de serviços, 60,7% do total de pessoal ocupado, 67,2% da massa de salários, e 60,2% do número de empresas.

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO		EDITORIA
	TÍTULO Economia mais lenta vai reduzir arrecadação		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Fernando Nakagawa e Célia Froufe - O Estado de S.Paulo

A estratégia de esfriamento da economia adotada pelo governo desde o fim do ano passado tem seu mérito ao reduzir gradativamente a inflação. Um efeito colateral, no entanto, começará a respingar em breve no caixa do Tesouro Nacional. Com a economia mais lenta, a arrecadação de impostos deverá cair nos próximos meses, o que coloca obstáculos para o fechamento das contas públicas em 2012.

No fim de 2010, o governo entrou em campo para segurar a inflação. Para isso, restringiu o crédito e, em janeiro deste ano, deu início ao ciclo de aumento dos juros. O efeito da ação já está nas ruas: o emprego formal não cresce mais de forma tão pulsante, montadoras adiantaram férias coletivas para esvaziar estoques e até o mercado imobiliário dá sinais de desaceleração.

Além disso, o mundo atravessa uma das mais graves crises financeiras em décadas, o que também prejudica as exportações brasileiras. Nos próximos meses, esse efeito chegará às contas do governo.

Tudo indica que agosto será o início de uma transição. Após meses de exuberância, a economia em velocidade menor deverá encolher os números da Receita Federal. Nem mesmo o aumento de alíquotas do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) deverá ser suficiente para anular o efeito da atividade mais lenta.

O governo sabe que os recentes números de arrecadação de impostos não são referência para os próximos meses porque foram "pontos fora da curva". Ingressos extraordinários de dinheiro, como o pagamento de

R\$ 5,8 bilhões feito pela Vale após perder uma disputa judicial, contribuíram para a engorda dos números do Fisco.

Com menos reais em caixa, o governo precisará reagir. E isso acontece exatamente em um momento em que o mesmo governo deverá gastar mais.

Mesmo antes do novo ano, as despesas de 2012 já começam bem mais elevadas graças ao salário mínimo. Pelas regras atuais, esse valor é atualizar por uma fórmula que inclui a inflação do ano anterior somada ao crescimento da economia de dois anos antes. Por essa conta, o salário mínimo deverá aumentar de 13% a 14% no ano que vem, o que atinge especialmente as contas da Previdência Social. Além disso, o próprio governo já deu sinais de que deve aumentar o ritmo de despesas nos próximos meses.

Ontem, o secretário do Tesouro Nacional, Arno Augustin, reconheceu que o ritmo dos investimentos em 2011 tem sido "insatisfatório". Diante do quadro, prometeu que desembolsos devem ganhar velocidade no segundo semestre.

"Por enquanto, ainda temos alguma gordura nas contas. Mesmo se continuarmos com essa folga, ela vai ser insuficiente para fazer frente ao aumento dos gastos nos próximos meses. De alguma forma, o governo vai ter de responder", pondera o analista da Tendências Consultoria, Felipe Salto.

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO Governo recebe empresas para discutir desoneração		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Ideia é esclarecer dúvidas dos empresários dos setores beneficiados, que pressionam por redução da alíquota que será cobrada sobre faturamento

Edna Simão

O **Governo Federal** quer desarticular a pressão dos fabricantes de calçados, têxteis e móveis por uma redução da alíquota de 1,5% que será cobrada sobre o faturamento das empresas desses setores em troca da desoneração da contribuição previdenciária sobre a folha de pagamento.

Na próxima semana, será realizada uma rodada de reuniões entre a equipe econômica e os representantes desses segmentos, incluindo ainda a indústria de software.

A ideia é esclarecer dúvidas dos empresários e saber os argumentos que embasam a pressão por uma queda adicional da alíquota do novo tributo.

"A princípio, somos avessos a mudanças de alíquotas", afirmou ao Estado o secretário executivo do **Ministério** da Fazenda, Nelson Barbosa.

O secretário destacou que também haverá um trabalho de convencimento com os deputados e senadores para impedir um desvirtuamento, no Congresso, do texto da medida provisória que trata sobre o assunto.

Além de diminuição de alíquota, existem pleitos para a concessão do benefício para outros segmentos, como mostrou o Estado ontem.


A desoneração da folha de pagamento foi apresentada pelo ministro da Fazenda, Guido Mantega, e a presidente Dilma Rousseff como a grande novidade do plano **Brasil** Maior, lançado no início do mês. Para o governo, o mecanismo ajudará os setores beneficiados a recuperarem a

competitividade, perdida por conta da forte valorização do real em relação ao **dólar**.

Os empresários argumentam, entretanto, que a cobrança de um imposto sobre o faturamento anula a desoneração da folha de pagamento. Em alguns casos, empresas poderão ter de recolher mais dinheiro aos cofres públicos do que vêm fazendo até o momento.

Surpresa. Barbosa afirmou que ficou surpreso com as críticas. Segundo ele, todos esses setores participaram das negociações dos cálculos para definição das alíquotas. Nos setores de calçados, têxtil e móveis, por exemplo, para que a alíquota tivesse um impacto neutro, ela poderia ser de 2,1% ou 2,2%. No entanto, argumenta o secretário, para atingir uma parcela maior de empresas foi estabelecida a alíquota de 1,5%. No caso do software, a taxa neutra seria maior que 3%. O valor definido ficou em 2,5%. "Há desoneração tributária de R\$ 1,4 bilhão para esses setores. Isso não é insignificante", destacou o secretário.

Ele explicou ainda que, em nenhum momento, as alíquotas propostas tinham como objetivo reduzir a carga tributária, como querem agora os industriais. "Não é medida para reduzir carga tributária", frisou, acrescentando que a intenção do governo é estimular as **exportações** e a geração de novos postos de trabalho. Barbosa contou ainda que o único setor que havia solicitado ao governo, no momento das negociações, uma reavaliação das alíquotas foi o setor de móveis, por ser bastante heterogêneo.

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO Empresas brasileiras vão em busca de espaço no <u>mercado</u> de tablets		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Apesar de grandes empresas do setor, como a HP e a Dell, terem recentemente desistido de disputar espaço com o iPad, grupos nacionais, como a Positivo e a pequena Aoix, preparam a chegada de seus produtos

Renato Cruz e Rodrigo Petry

Num momento em que grandes fabricantes internacionais desistem de competir com o iPad e retiram seus tablets do mercado, empresas brasileiras se preparam para lançar seus produtos. A Positivo Informática anunciou esta semana que planeja colocar o seu tablet no mercado em setembro. Essa é a mesma meta da Aoix, de Caçador (SC).

A Positivo e a Aoix estão entre as companhias que já tiveram seu Processo Produtivo Básico (**PPB**) publicado pelo governo. Com isso, elas podem se beneficiar da redução de impostos oferecida para os tablets fabricados localmente. As multinacionais Samsung e Motorola já têm fabricação local.

"O mercado ainda é muito pequeno", disse Ivair Rodrigues, diretor de Estudos de Mercado da IT Data. "Vai crescer, porque os preços vão baixar, mas não será tudo isso que estão dizendo."

Ele acrescentou que hoje o público de maior renda é disputado pelo iPad, da Apple, e o Galaxy Tab, da Samsung, mas que os tablets que mais vendem são aparelhos de baixo custo, importados da China de forma nem sempre legal, disponíveis a cerca de R\$ 300. "Tem gente que até questiona se esses produtos podem mesmo ser chamados de tablets", disse Rodrigues.

Concorrência. A HP anunciou na semana passada a decisão de deixar de fabricar o seu tablet TouchPad. A Dell também desistiu do Streak 5. Nesse cenário, há espaço para produtos brasileiros? "Tem mercado para tudo", disse Jovelci Gomes, presidente da Aoix. "Alguns vão querer um iPad. Outros vão querer um tablet brasileiro, que gera empregos no Brasil, sai pela metade do preço e tem um ano de garantia."

A Aoix usa a marca Braox. Com lançamento previsto para setembro, o primeiro modelo, segundo Gomes, virá com

tela de sete polegadas, sistema operacional Android 2.3, 16 gigabytes de memória e conexão Wi-Fi, com preço final de cerca de R\$ 750. Ele planeja lançar um segundo modelo 60 dias depois, com tela de 10 polegadas e conexão 3G, por cerca de R\$ 900.

Há mais de um ano a empresa vinha se preparando para lançar o tablet, segundo o presidente da Aoix. "Sem o **PPB** (incentivo do governo), o produto seria, no mínimo, 40% mais caro", disse. "O governo está de parabéns."

Criada há três anos, a Aoix faz parte do Grupo Sul Brasil, que começou com injeção de plásticos, fabricando puxadores de móveis.

Segundo Gomes, a empresa fabrica hoje de 7 mil a 8 mil microcomputadores por mês, mas ampliará sua capacidade para 50 mil unidades em 2012. A Aoix espera vender 60 mil tablets ainda este ano, chegando a 500 mil em 2012. A meta é ambiciosa. A consultoria IDC prevê que o mercado de tablets no Brasil este ano chegará a 400 mil unidades.

Natal. A Positivo contará com tablets de fabricação própria para a venda neste Natal. O presidente da companhia, Hélio Rotenberg, informou esta semana que em setembro ocorrerá o lançamento oficial.

"Vamos produzir um tablet que possa atender a todos os brasileiros", disse o executivo. Ele adiantou que o sistema operacional do tablet será o Android, mas não revelou em qual fábrica da Positivo será produzido, se em Curitiba (PR), Ilhéus (BA) ou Manaus (AM).

Segundo ele, a produção atenderá o mercado brasileiro, mas pode ser comercializada também na Argentina, onde a empresa já conta com uma fábrica local. "O tablet não será um concorrente direto dos notebooks ou desktops, porque as pessoas ainda têm a necessidade de PCs, mas com certeza vai roubar vendas", disse Rotenberg.

Na visão do executivo, a compra do primeiro computador pela classe C continuará incentivando a venda de PCs.

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO Governo já atingiu 80% da meta fiscal		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Forte arrecadação de impostos permitiu ao Governo Federal, Estados, municípios e estatais economizar R\$ 91,9 bilhões de janeiro a julho

Fernando Nakagawa e Célia Froufe - O Estado de S.Paulo

A forte arrecadação de impostos nos últimos meses melhorou as contas públicas e o governo conseguiu, de janeiro a julho, cumprir 80% de toda a meta fiscal estabelecida para o ano. O caixa público tem recebido mais reais graças ao crescimento econômico e também por fatos pontuais, como o pagamento bilionário de tributos feito pela Vale no mês passado.

De janeiro a julho, o Governo Federal, Estados, municípios e estatais economizaram R\$ 91,9 bilhões para o pagamento de juros da dívida (superávit primário), o maior resultado para o período em dez anos.

Dados do Banco Central (BC) divulgados ontem mostram que o caixa do Tesouro Nacional está mais cheio do que nunca. Na esteira do crescimento da economia, empresas aumentaram a produção, venderam mais e registraram lucros maiores.

Ao mesmo tempo, famílias tiveram aumento da renda. Todas essas ações são tributadas, o que explica a arrecadação de impostos 22% maior de janeiro a julho em comparação com igual período de 2010.

"Consegue-se perceber que a arrecadação de impostos é o principal fator que tem predominado para o quadro fiscal", afirmou o chefe do Departamento Econômico do BC, Túlio Maciel.

Nos sete meses, a arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), por exemplo, pago na produção de cigarros a veículos, subiu 17%. Já o Imposto de

Renda, que recai sobre o lucro de empresas e salários, cresceu 19%.


Receita extra. Além da economia aquecida, dois fatos pontuais ajudaram. Nas últimas semanas, a Vale pagou R\$ 5,8 bilhões em Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) após perder uma disputa judicial contra a União. Ao mesmo tempo, diversas empresas pagaram R\$ 2,3 bilhões à Receita em uma nova renegociação de dívidas.

A boa arrecadação, aliada a um comportamento de gastos relativamente contido do Tesouro, permitiu que o governo cumprisse - logo no início do segundo semestre - cerca de 80% da meta fiscal estabelecida para todo o ano de 2011, de economizar R\$ 117,9 bilhões para o pagamento dos juros que incidem sobre o endividamento público.

Apenas em julho, esse esforço dos governos somou R\$ 13,8 bilhões, o melhor resultado para o mês da série histórica do Banco Central, iniciada em 2001.

Diante dos dados, Túlio Maciel afirmou que os números reforçam o entendimento de que as contas públicas brasileiras voltaram a ter um comportamento dentro da "normalidade", após a turbulência no quadro internacional entre 2008 e 2009.

"Em 2007, antes da crise, também cumprimos cerca de 80% da meta entre janeiro e julho. Agora, observamos o retorno à regularidade após dois anos de crise. O quadro deste ano é bem próximo do observado antes da crise", disse Maciel.

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO	EDITORIA	
	TÍTULO IBGE: serviços de informação têm maior receita do setor		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Por Daniela Amorim

Rio - As empresas de "serviços de informação e comunicação" registraram a maior receita operacional líquida entre as companhias prestadoras de serviços não financeiros, de acordo a Pesquisa Anual de Serviços, referente a 2009, divulgada hoje pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O montante foi de R\$ 214,4 bilhões.

Já as companhias de "serviços de transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio" arrecadaram R\$ 208,4 bilhões em receita, enquanto as de "serviços profissionais, administrativos e complementares" somaram R\$ 188,3 bilhões. Juntas, as três atividades foram responsáveis por 82,1% da receita operacional líquida total das empresas de serviços em 2009.

No segmento dos "serviços de informação e comunicação", a atividade de "tecnologia da informação" destacou-se em relação ao número de empresas (67,3%), de pessoas ocupadas (49,6%) e ao total de salários, retiradas e outras remunerações pagos (50,1%).

No grupo dos "serviços profissionais, administrativos e complementares", a média de pessoal ocupado foi de 14 pessoas por empresa, com destaque para os serviços de "seleção, agenciamento e locação de mão de obra", que apresentaram média de 137 pessoas ocupadas, os "serviços de investigação, vigilância, segurança e transporte de valores", com 136 pessoas e os "serviços para edifícios e atividades paisagísticas", com 79 pessoas.

Já no segmento de "serviços de transporte, serviços auxiliares aos transportes e correio", a atividade de

"transporte rodoviário" destacou-se com a maior participação em todas as variáveis investigadas: número de empresas (80,5%); pessoal ocupado (67,0%); receita operacional líquida (53,8%); e salário (50,8%).

Entre as empresas de "atividades imobiliárias", as empresas de "compra e venda de imóveis próprios" se destacaram na receita operacional líquida (67,0%) e no número de empresas (53,6%), além de apresentarem o maior salário médio (3,5 salários mínimos) e a maior produtividade (R\$ 178,5 mil).

No segmento de "serviços de manutenção e reparação", a atividade de "manutenção e reparação de veículos" teve a maior participação na receita operacional líquida (49,6%), salários (52,5%), pessoal ocupado (58,4%) e número de empresas (58,9%). Suas 53.587 empresas auferiram R\$ 6,0 milhões de receita operacional, ocuparam 229,2 mil pessoas e pagaram R\$ 2,1 milhões em salários.

No grupo "outras atividades de serviços", os "serviços auxiliares financeiros, dos seguros e da previdência complementar" apresentaram o maior número de empresas (67,9%), a maior massa de salários pagos (54,9%), a maior receita operacional líquida do segmento (63,3%), uma média mensal de 4,9 salários mínimos e uma produtividade média de R\$ 114,0 mil anuais por trabalhador.

Agência Estado - Uma empresa do Grupo Estado -

	VEÍCULO O GLOBO	EDITORIA
	TÍTULO Faxina reduz investimento	
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

CONTAS PÚBLICAS

Superávit da União chegou a R\$11,2 bilhões e foi o melhor julho em 14 anos

Martha Beck

O escândalo envolvendo denúncias de corrupção no **Ministério** dos Transportes - que já resultou na demissão de mais de 20 funcionários - deixou sua marca nos investimentos públicos, que caíram pela primeira vez em 2011. O investimento menor ajudou a União a fazer economia recorde para o pagamento de juros da dívida pública em julho e vai contribuir para o aumento do superávit primário (receita menos despesa antes do pagamento de juros) do governo este ano. A economia em julho do governo central (Tesouro, INSS e Banco Central), de R\$11,2 bilhões, foi a maior para o mês em 14 anos. Com dinheiro extra em caixa, o setor público consolidado poupou R\$13,8 bilhões no mês passado para pagar os juros da dívida pública, o maior desempenho dos governos e das estatais desde 2001, quando começou a série histórica do Banco Central.

Segundo técnicos da equipe econômica, apenas o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), um dos setores mais atingidos pelos escândalos, viu o pagamento de obras desacelerar 65,2% nos últimos três meses.

O volume de desembolsos do órgão foi de R\$531,2 milhões em junho, antes do surgimento das denúncias. Em julho, caiu para R\$389 milhões, desabando para R\$185 milhões em agosto. Dados da Fazenda divulgados ontem mostram que os investimentos do **Ministério** dos Transportes - um dos líderes de desembolsos do Executivo e essencial para o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) - já vinham sofrendo desaceleração desde abril. Até maio, o total havia subido 31,6%, ritmo que passou para 20% em junho e 14% no mês passado. A dotação autorizada este ano para a pasta é de R\$17,4 bilhões, sendo que só foram pagos R\$6,8 bilhões até julho.

- Assim é fácil fazer primário - reconheceu um técnico do governo.

Economia supera a meta em R\$26 bi

O secretário do Tesouro Nacional, Arno Augustin, não quis comentar o comportamento dos investimentos por órgão público, mas admitiu ontem, ao divulgar o superávit federal:

- Greves ou trocas de equipe podem afetar os resultados.

A moderação nas despesas do governo ao longo deste ano tem sido feita principalmente do lado dos investimentos públicos e é o grande segredo do superávit primário histórico de julho. Ele é superior aos R\$779 milhões registrados no mesmo período no ano passado. O montante também está acima dos R\$10,6 bilhões de junho. No mês, as receitas somaram R\$77,8 bilhões e as despesas, R\$66,6 bilhões.

Outra contribuição robusta para o resultado primário veio de receitas extraordinárias que entraram no caixa da União. Em julho, somente a Vale pagou R\$5,8 bilhões depois de ser derrotada numa briga judicial com a Receita Federal. Além disso, o Refis da Crise - programa de parcelamento de dívidas tributárias vencidas - rendeu outros R\$2,2 bilhões.

No acumulado do ano, o primário ficou em R\$66,9 bilhões. Esse montante está bem acima da meta fixada pela equipe econômica para o período janeiro-agosto, que era de R\$40 bilhões. Ou seja, uma folga de R\$26,9 bilhões. Até junho, as receitas somaram R\$471,3 bilhões, com alta de 20,9% em relação a 2010. Já as despesas atingiram R\$404,3 bilhões, com alta de 11% na mesma comparação.

No acumulado até julho, os investimentos públicos, que vinham crescendo mais moderadamente até junho, caíram 2,4% e ficaram em R\$24,5 bilhões. Augustin, no entanto, disse que espera uma reversão do quadro até o fim do ano:

- Ainda mantenho a expectativa de que isso (desaceleração dos investimentos) se altere.

Economista diz que resultado é artificial

Para o especialista em contas públicas Raul Velloso, o resultado primário de 2011 não deve ser comemorado, pois o governo não pode contar sempre com receitas extraordinárias e fazer economia para superávit às custas de investimentos:

- O resultado é artificial. Não se trata de um superávit estrutural e, por isso, ele não se sustenta.


O superávit primário, porém, não foi suficiente para pagar todos os juros no mês. Faltaram R\$5 bilhões para fechar o caixa - mas, em sete anos, nunca faltou tão pouco. Foi o menor déficit nominal para o mês nesse período.

Segundo os dados do BC, o país já economizou R\$91,9 bilhões de janeiro até o mês passado: o correspondente a quase 80% da meta para o ano inteiro.

- Esse é um cenário mais confortável para as contas públicas - afirma o chefe do departamento econômico do BC, Túlio Maciel.

Nos últimos 12 meses, a economia representa 3,83% do Produto Interno Bruto (**PIB**). É o melhor desempenho desde outubro de 2008. Assim, a relação entre a dívida e o **PIB** caiu de 39,7% para 39,4% em junho.

COLABORARAM Cristiane Jungblut e Gabriela Valente.

	VEÍCULO O GLOBO	EDITORIA	
	TÍTULO Economistas: ainda não é a hora de reduzir a taxa básica de juros do país		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

CONTAS PÚBLICAS: Especialista defende "parada técnica" na política monetária

Analistas apostam que Copom manterá Selic em 12,5% na próxima reunião

Paulo Justus*

Lino Rodrigues

CAMPOS DO JORDÃO (SP), SÃO PAULO e BRASÍLIA. Apesar dos sinais de desaceleração da economia, analistas acham que a autoridade monetária não deveria reduzir a taxa básica de juros, como já defende parte do governo. A aposta dos economistas ouvidos pelo GLOBO é que a reunião da semana que vem do Comitê de Política Monetária (Copom) decida pela manutenção da Selic em 12,5% ao ano.

Para o economista-chefe do Itaú, Ilan Goldfajn, só haveria espaço para corte imediato da taxa num cenário de piora da crise internacional no futuro próximo. Isso permitiria uma redução dos preços de commodities, o que abriria espaço para reduzir os juros internamente, sem elevar a inflação.

-- Reduzir os juros depende do cenário dos próximos dois meses. Se as condições financeiras internacionais não melhorarem, aí a gente caminha para ter espaço para a redução de juros -- disse Goldfajn, durante seminário sobre mercado financeiros promovido pela BM&FBovespa em Campos do Jordão (SP). Ele espera manutenção em 12,5% na próxima reunião.

Alessandra Ribeiro, economista e sócia da consultoria Tendências, também é a favor de uma "parada técnica" da Selic em 12,5% na reunião da próxima semana do Copom. Segundo ela, a contaminação da crise ainda não está clara, a redução do crédito ainda é pequena, e a queda do consumo, modesta. Outro ponto que não está claro é o quadro de inflação. A expectativa da Tendências é de uma inflação de 6,6% este ano, puxada pelos dissídios das principais categorias de trabalhadores no segundo semestre.

- Não estamos vendo espaço para uma redução dos juros como parte do mercado e do governo estão antevendo - disse Alessandra.

Patamar ideal para taxa de juro real seria de 1,75%

Já o ex-presidente do Banco Central Gustavo Franco disse que o desafio do governo hoje é deslocar para baixo a curva de juros reais, hoje a mais alta do mundo. Segundo ele, o patamar ideal dos juros reais brasileiros é de 150 pontos acima da taxa americana, de 0,25% ao ano. Isso resultaria numa taxa real de 1,75% ao ano, algo impensável hoje. Ele descartou que a crise possibilite a redução de juros:

- Havia certa esperança de que a crise agora fosse igual à de 2008 em que se abriria uma janelinha para o choque externo que permitiria a redução da taxa de juros, mas isso não aconteceu. Portanto, agora só o aperto fiscal pode resolver essa questão, com a elevação do superávit primário que hoje é de 4%.

Para ele, o atual superávit só é suficiente para manter a taxa de juros nos patamares atuais. Uma redução de juros, disse, exigiria economias primárias maiores.

Rogério Mori, professor de economia da Fundação Getulio Vargas (FGV), também aposta em uma "parada técnica", antes de o Copom tomar a decisão de cortar os juros. Os fatores que podem apressar essa decisão são a desaceleração da economia interna, a evolução da crise internacional e o resultado do aperto fiscal do governo:

-- Esses dois primeiros fatores, que dependem do desempenho da economia, são mais factíveis de acontecer até o fim do ano. Tudo depende da intensidade dessa desaceleração econômica. De qualquer forma, a manutenção do ciclo de alta de juros está descartada.

Outro ex-presidente do BC, Arminio Fraga, que participou do Congresso em videoconferência, também diz que uma taxa de juros mais baixa depende de como será a política fiscal brasileira. A redução da Selic, segundo ele, seria o melhor remédio para o real valorizado.

-- Do ponto de vista mais conjuntural, é muito bem-vinda a mudança do mix da política macroeconômica, com a clara intenção de segurar o lado fiscal, deixando espaço para a política monetária, para finalmente conseguirmos chegar a uma taxa de juros mais baixa -- disse ele.

O secretário do Tesouro Nacional, Arno Augustin, disse que o governo mantém seu compromisso com a austeridade fiscal desde o início do ano, quando cortou R\$50 bilhões no Orçamento. O equilíbrio fiscal, disse, permitiria um corte dos juros.

- Construimos um equilíbrio - afirmou Augustin.

(*) O repórter viajou a convite da BM&FBovespa

	VEÍCULO REVISTA ISTOÉ DINHEIRO	EDITORIA	
	TÍTULO Pé de guerra		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Proposta de isenção fiscal para a produção de tênis de performance, em Manaus, acirra a disputa entre a olympikus e as demais grifes que atuam no País

Por Rosenildo Gomes FERREIRA

A disputa no setor de tênis colocou em lados opostos a brasileira Vulcabras/Azaleia e as grifes globais, como a americana Nike e as alemãs Adidas e Puma, aliadas a marcas nacionais, lideradas pela Topper e Penalty. Por enquanto, quem está levando a melhor é a Vulcabras/Azaleia, dona da Olympikus, que conseguiu, por intermédio da Associação Brasileira da Indústria de Calçados (Abicalçados), convencer o governo a impor uma sobretaxa de US\$ 13,85 para cada calçado importado da China. Agora, os demais fabricantes pretendem dar o troco. De posse de um estudo que mede o impacto econômico do setor, eles querem convencer o governo de que não são os vilões dessa história. Uma das medidas que pretendem ver adotadas é a possibilidade de fabricar, no Distrito Industrial de Manaus, os tênis de performance, comercializados acima de R\$ 699.

Com isso, eles gozariam de benefícios fiscais típicos da Zona Franca, como a isenção do Imposto de Importação, fixado em 35%. “Não podemos repetir, no caso dos calçados, os mesmos erros cometidos na área da informática, quando a política equivocada de reserva de mercado condenou o País à estagnação nesse setor”, diz Gumerindo Moraes Neto, diretor-executivo do Movimento Para a Livre Escolha (Move), que representa os adversários da medida protecionista. A entidade defende que, a partir dessa faixa de preço, a competitividade local é prejudicada pela baixa demanda. “Essas linhas respondem por apenas 25% das vendas do setor no Brasil”, afirma Moraes Neto. O novo modelo produtivo é um dos tópicos que farão parte da agenda de discussão entre integrantes do Move com Fernando PIMentel, ministro do Desenvolvimento, que deve acontecer em setembro.

Milton Cardoso, presidente da Abicalçados e da Vulcabras/Azaleia, é radicalmente contra a proposta do Move. Para ele, a concessão de benefícios fiscais seria nefasta

para as empresas brasileiras. Cardoso também acusa seus desafetos de utilizarem artifícios para escapar da taxaço. “Existem evidências fortes de triangulação”, afirma ele, que chegou a criar uma empresa fictícia para comprovar seu ponto de vista. A prática consiste em registrar em outro país a mercadoria feita na China, antes de ela desembarcar no Brasil. Os números mostram que aumentou o ingresso de calçados no País. A importação feita no período janeiro-julho, de US\$ 31,9 milhões, já é maior que o apurado em todo o ano passado, US\$ 28,9 milhões. “Essa indústria opera de modo global, com bases em várias regiões”, afirma Moraes Neto. “Apenas trocamos de fornecedores.” A disputa está repercutindo também no funcionamento da Abicalçados.

Fogo cruzado: Gumerindo Neto (à dir.), do Move, lidera grupo contrário ao protecionismo defendido por Cardoso, da Abicalçados

A Cambucy (dona da Penalty) pediu desligamento da entidade, enquanto Marcio Utsch, presidente de Alpargatas (dona da Topper), topou ser conselheiro da Move, apesar de ocupar o cargo de vice-presidente na Abicalçados. Para Moraes Neto, os problemas internos da Abicalçados se devem a uma atuação, considerada pelos sócios da Move como pouco ortodoxa de Cardoso. “Ele está advogando em causa própria”, diz. “A sobretaxa serviu apenas para beneficiá-lo, em detrimento dos consumidores.” De fato, o primeiro impacto dessa medida foi o aumento, em cerca de 25%, no preço final dos produtos. “Nossas vendas caíram cerca de 12%”, afirma Claudir José Dullius, conselheiro da Ablac e dono das Lojas Dullius, que possui 16 unidades no Rio Grande do Sul.

Hoje, a situação se acomodou graças à troca de fornecedores chineses por indonésios e vietnamitas. O anúncio de que a Vulcabras/Azaleia havia adquirido uma fábrica na Índia ajudou a amplificar as críticas em relação à postura do presidente da companhia. “Além de importar sem barreiras, eles ainda querem que eu deixe de ser competitivo”, diz

Cardoso. A reação do Move tem como peça principal um trabalho encomendado ao Insper, de São Paulo, com o objetivo de dimensionar a importância econômica do setor. O trabalho ainda está em fase de conclusão. Mas, de acordo com Moraes Neto, funcionará como um instrumento **importante** para que o País possa explorar de forma mais efetiva as

vantagens decorrentes do crescimento do segmento esportivo. Atualmente, 60% dos tênis vendidos pelo setor, em especial os modelos básicos, são fabricados localmente por empresas terceirizadas como a Drastosa, parceira da Nike.


	VEÍCULO REVISTA INFO EXAME	EDITORIA	
	TÍTULO Os 7 melhores tablets à venda no Brasil		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Uma seleção de tablets à venda no Brasil que são atraentes para o usuário individual e têm preço compatível com suas características Blackberry PlayBook, da RIM

O BlackBerry PlayBook roda o sistema operacional QNX, que a Research in Motion pretende usar também em smartphones. É uma opção interessante para quem está habituado aos smartphones BlackBerry e prefere ter um tablet também dessa linha. O PlayBook tem tela de 7 polegadas, quase 3 polegadas menor que a do iPad. Isso traz maior portabilidade, é claro, mas também torna a navegação na web e a visualização de documentos menos confortável. O PlayBook tem feito sucesso nos Estados Unidos e em outros

países, onde é apreciado principalmente para uso profissional. Mas é bom notar que ele conta com muito menos aplicativos do que os tablets com Android e o iPad. A loja online BlackBerry App World oferece 42 mil títulos, mas só alguns poucos milhares foram feitos para o tablet.

A RIM diz que pretende melhorar isso tornando o QNX compatível com os aplicativos do Android. Embora o PlayBook já esteja oficialmente à venda em países como México, Venezuela e Colômbia, no Brasil ele só chegou, até agora, via importação direta de algumas lojas. Com capacidade de 16 gigabytes e conexões Wi-Fi e 3G, custa cerca de 1.700 reais.

	VEÍCULO BLOG DO HOLANDA	EDITORIA	
	TÍTULO Impasse fiscal entre <u>Amazonas</u> e Pará ameaça transporte de cargas		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

O setor movimentou mais de 320 mil toneladas de cargas mensalmente, a maioria pertencente ao Polo Industrial de Manaus (PIM).

Manaus - Empresas de transporte e logística prometeram parar as atividades de cargas entre Manaus e Belém nesta segunda-feira por conta da cobrança de imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) pela Secretaria de Fazenda do Pará. O setor movimentou mais de 320 mil toneladas de cargas mensalmente, a maioria pertencente ao Polo Industrial de Manaus (PIM).

As cargas são transportadas para os mercados consumidores do Sul, Sudeste e Nordeste de forma rodoviária. As cargas vão por meio de balsas até Belém e lá são colocadas nas carretas que seguem pelas rodovias para as outras regiões.

No entendimento do secretário de fazenda do Pará, José Tostes Neto, sobre essa operação, que inicia em Belém, deve ser cobrada a alíquota de 12% de ICMS como na origem. “O Pará entende que se a operação rodoviária nasce lá, então o ICMS de origem pertence ao Estado”, afirma o secretário do Sindicato das Empresas de Agenciamento de

Cargas, Logística e Transportes Aéreos e Rodoviários do Amazonas (Setcam), Raimundo Augusto de Araújo Nonato.

Segundo Augusto, na segunda-feira passada, dia 22, os fiscais da fazenda do Pará começaram a aplicar as alíquotas. O secretário de Fazenda do Amazonas, Ispier Abraham, foi informado e então ligou para o secretário Tostes na noite da segunda-feira pedindo a flexibilização da medida para negociar, disse Augusto. “O pedido do secretário foi atendido na terça-feira, porém com a ressalva de que nesta segunda-feira (29) os auditores voltariam a aplicar o imposto sobre as cargas que saíssem de lá”, afirma.

O sindicalista disse que o setor trabalha em regime de substituição tributária. “O transportador abre mão de todos os créditos de ICMS que teria direito (como o de combustível, por exemplo), para creditar 20% dos 12% de ICMS que ele paga ao Amazonas. Não dá pra pagar 12% aqui e depois 12% lá”, conclui.

Ontem, o DIÁRIO tentou ouvir o secretário Ispier Abraham mas a assessoria não conseguiu localizar o titular. Na Sefaz do Pará, o secretário Tostes também não foi encontrado para tratar do assunto.

	VEÍCULO PORTAL A CRÍTICA	EDITORIA	
	TÍTULO Serviços empresariais empregaram mais que a indústria no AM		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Os dados são da Pesquisa Anual de Serviços (PAS) divulgada, ontem, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Manaus , 27 de Agosto de 2011

JORNAL ACRITICA

Análise se refere ao ano de 2009 quando, em plena crise, número de empresas no setor cresceu 2,2% (**Reprodução**)

Em 2009, os serviços empresariais não financeiros geraram, no **Amazonas**, receita bruta equivalente a 18% do **PIB** estadual, empregando 104,8 mil trabalhadores, 13% a mais que o Polo Industrial de **Manaus (PIM)** empregava na época. Os dados são da Pesquisa Anual de Serviços (PAS) divulgada, ontem, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Segundo a pesquisa, o **Amazonas** contava em 2009 com 4.530 empresas de serviços empresariais não financeiros (todos os serviços não relacionados a atividades bancárias - veja ao lado). Naquele ano, o número de empresas nessa área aumentou 2,2% em relação ao ano anterior. Isso em plena crise financeira.

a atividade de serviços de informação e comunicação aumentou seu numero de unidades em 62% de 2008 para 2009. As atividades imobiliárias também tiveram um aumento de destaque entre 2008 e 2009 e cresceram 14%.

Dentre todas as atividades de serviços do Estado, a que possui maior numero de empresas é justamente o grupo de serviços prestados às empresas; o que demonstra que as outras atividades econômicas existentes, demandam e mantêm os serviços; transformando-o na robusta atividade econômica atual.

Empregos

Das 584 mil pessoas formalmente ocupadas no Estado em 2009, 104 mil estavam nas atividades de serviços empresarial não financeiro, correspondente a 18% do total. Somente entre 2008 e 2009, a atividade absorveu 12,6 mil pessoas a mais. Sendo o grupo atividades imobiliárias a que mais cresceu (40%). Vindo em seguida o grupo serviços

prestados às empresas com crescimento de 27%; sendo este também o que mais concentra mão-de-obra, tendo alcançado 49,9 mil pessoas ocupadas em 2009.

O faturamento de 8,5 bilhões de reais em 2009 por parte das atividades de serviços empresarial não financeiro; foi impulsionado pelo desempenho de três dos sete grupos que formam as atividades de serviços. Dentre estes, os serviços de manutenção e reparação aumentaram seu faturamento em 29% de 2008 para 2009. Já os serviços prestados às famílias cresceram sua receita em 21% no mesmo período. A atividade que mais faturou em 2009 foi transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio com R\$ 3,66 bilhões.

Jacira Frazão

“Eu trabalhava com manicure e pedicure desde os 16 anos, fazendo as unhas das minhas amigas. No começo, eu fazia porque não achava outra forma de ganhar dinheiro e precisava ajudar minha família. E olha que eu procurava. Cansei de deixar currículos nas fábricas e bater pernas no Distrito, mas nada de me chamarem. As únicas oportunidades que consegui foi como vendedora em algumas lojas do centro, mas era temporário; só enquanto durasse a movimentação de final de ano.

Aí eu resolvi apostar nesse ramo mesmo e me especializar. Fiz um curso de manicure e pedicure no Senac e conheci pessoas que conseguem viver muito bem trabalhando nessa atividade. Percebi que nesse serviço, se a pessoa tiver orientação, buscar fazer um bom trabalho, acaba ganhando reconhecimento, atraindo mais clientes e obtendo uma renda tão boa como a de outras áreas. E tem a vantagem de você mesma fazer seu horário. Não tem chefe abusado, nem hora para entrar e sair.

Depois que conquistei mais clientes, resolvi me especializar ainda mais. Fiz cursos de cabeleireira, reflexos e luzes. Passei a atender minhas clientes em casa mesmo e agora, eu e meu marido estamos pensando em transformar a sala de casa em salão de beleza. Às vezes, a solução para os problemas está bem na nossa frente”.


Entenda os serviços não bancários

O IBGE considera sete grupos de serviços não-financeiros: serviços prestados às famílias; de informação e comunicação; prestados às empresas; de transportes e correio; de manutenção e reparação; atividades imobiliárias e outras;

O grupo de serviços prestados às famílias possui quatro sub-categorias: serviços de alojamento e alimentação (hotéis, bares, restaurantes, etc); atividades culturais

recreativas e esportivas; serviços pessoais (cabeleireiro, manicure, etc); e atividades de ensino continuado.

O grupo de transportes e correio também possui quatro sub-categorias: transporte rodoviário; outros transportes; armazenamento e serviços auxiliares aos transportes; e correio e outras atividades de entrega.

	VEÍCULO PORTAL FATOR BRASIL	EDITORIA	
	TÍTULO Suframa aprova US\$ 480,6 milhões em novos investimentos para a Zona Franca de Manaus		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

O Conselho de Administração da **Superintendência da Zona Franca de Manaus (CAS/ Suframa)** aprovou, na quinta-feira (25), uma pauta com 27 projetos industriais e de serviços, dentre os quais 13 de implantação e 14 de atualização, ampliação e diversificação. Juntos, os projetos somam investimentos de US\$ 480,6 milhões e estimam a geração de 2.432 novos postos de trabalho no Polo Industrial de **Manaus (PIM)** ao longo dos próximos três anos.

A 252ª Reunião Ordinária foi presidida pelo ministro do **Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (Mdic)** interino, Alessandro Teixeira, e contou com a participação da **Superintendente da Suframa, Flávia Grosso**, de conselheiros dos **Ministérios** integrantes do CAS e de representantes das classes empresarial, política e trabalhadora da região.

A pauta de projetos aprovados teve como maiores destaques as iniciativas das empresas Neotec Indústria e **Comércio** de Pneus, que deverá investir cerca de US\$ 58 milhões e gerar 33 novos empregos na fabricação de pneumáticos para bicicletas e motocicletas, o que deverá reforçar a cadeia produtiva da borracha no estado do **Amazonas**; e Phitronics Indústria e **Comércio** de Eletroeletrônicos e Informática, para **produção** de receptores de sinal de televisão via cabo e via satélite, com investimentos totais de US\$ 127 milhões e geração de 417 novos empregos.

Outros projetos de destaque aprovados na reunião do CAS foram os das empresas Dafra da **Amazônia**, para fabricação de bicicletas elétricas, e Pool Engenharia Serviços e **Comércio**, para **produção** de postes de poliéster reforçados com fibras de vidro. Ambos representam produtos pioneiros no polo e deverão agregar valor ao portfólio de itens fabricados pela indústria **regional**.


Segundo Alessandro Teixeira, o Polo Industrial de **Manaus** vem se mostrando muito dinâmico em vários

segmentos e deve continuar crescendo em ritmo sustentável, a despeito da desaceleração em diversos países provocada pela crise mundial. “Tivemos vários segmentos no **PIM** crescendo acima de 30% no primeiro semestre e o polo vai continuar se desenvolvendo, gerando emprego e renda para a região. A **Zona Franca** é um dínamo da economia brasileira”, afirmou.

A **Superintendente** da **Suframa** afirmou que os US\$ 19,7 bilhões faturados pelo **PIM** no primeiro semestre de 2011 superaram as projeções iniciais feitas pela autarquia e que tudo indica que o polo deverá ultrapassar um faturamento de US\$ 40 bilhões e gerar mais de 120 mil empregos ao final deste ano. “Isso mostra que o empresariado continua acreditando no sucesso do modelo e investindo, o que proporciona crescimento econômico e bem-estar social à região. A cada desafio saímos mais fortes”, disse.

Fonte:

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

	VEÍCULO CORREIO DO BRASIL	EDITORIA	
	TÍTULO Ministro do <u>Desenvolvimento</u> fala aos senadores sobre política industrial e Plano <u>Brasil Maior</u>		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

A Comissão de Assunto Econômico (CAE) realiza audiência pública na terça-feira (30), às 10h, com a presença do ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Fernando PIMentel.

Fernando PIMentel deverá falar sobre a Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP), as diretrizes da política industrial e o sistema de defesa comercial do Brasil no âmbito do mercado mundial.

Além disso, o ministro vai discutir com os senadores as medidas governamentais nos campos industrial, tecnológico, de serviços e de comércio exterior que integram o Plano Brasil Maior, lançado em julho pela presidente Dilma Rousseff e que é capitaneado pelo Ministério do Desenvolvimento.

Os senadores também devem questionar o ministro PIMentel acerca da realidade brasileira frente à nova crise econômica internacional e as repercussões dessa crise na economia nacional.

A audiência pública atende a requerimentos dos senadores Armando Monteiro (PTB-PE), Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), Luiz Henrique da Silveira (PMDB-SC), Inácio Arruda (PCdoB-CE), Eduardo Suplicy (PT-SP), Delcídio Amaral (PT-MS) e Francisco Dornelles (PP-RJ).

Augusto Castro / Agência Senado